



MODECOR
MÓVEIS

A evolução do móvel tubular

RUA JOSÉ RODRIGUES MARQUES, 675 - CEP 36512-000
TOCANTINS/MG - TEL (032) 574-1140 - FAX 574-1035

21223/05



AO PLENÁRIO DO COPAM

Ref. Processo Administrativo 623/2001/001/2001

Auto de Infração nº245/2001

MODECOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, sediada na cidade de Tocantins, Estado de Minas Gerais, à Rua José Rodrigues Marques, nº900, Bairro Várzea, inscrita no CNPJ sob o nº41.755.901/0001-70, inscrição estadual nº690.789.543-00.14, neste ato representada por seu sócio-gerente *José Márcio Henrique Pires* infrafirmado, vem, à ilustre presença deste órgão apresentar, tempestivamente, **RECURSO/COM EFEITO SUSPENSIVO**, visando rever o julgamento proferido pela CID em reunião de 14/03/2006 que aplicou multa no valor de R\$13.301,78 à nossa empresa, pelos motivos que a seguir expõe-se:

DOS FATOS

Em 08/10/2001 nossa empresa foi vistoriada por agente deste órgão que entendeu por bem em lavrar, na data de 06/11/2001, o auto de infração de número 245/2001.

O motivo de lavratura do auto foi o pretenso cometimento da infração prevista no item 1 do parágrafo 3º do Art.19 do Decreto nº39.424, ou seja, *"dar início ou prosseguir atividade efetiva ou*

NINA/NAI



MODECOR
MÓVEIS

A evolução do móvel tubular

RUA JOSÉ RODRIGUES MARQUES, 675 - CEP 36512-000
TOCANTINS/MG - TEL. (032) 574-1140 - FAX 574-1935

potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, sem a licença de Operação.

Em 20/07/2004 o feito foi apreciado, tendo a Câmara decido por aplicar uma multa de R\$13.301,78.

Apresentamos, tempestivamente, pedido de reconsideração embasado no fato de que o Decreto 43.127/02 modificou o então vigente Decreto 39.424/98, alterando a classificação de infrações graves e gravíssimas, dispondo que a infração a nós atribuída passou de gravíssima para grave, pois, somente seria considerada gravíssima se fosse constatado que houve poluição ou degradação ambiental e em nosso caso não ocorreu nenhuma destas duas hipóteses, como se demonstra pela análise das peças que compõe este processo, aliás, muito pelo contrário, ficou comprovado que a MODECOR é um exemplo de cuidado e respeito com o meio ambiente.

Entretanto, para nossa surpresa, a CID indeferiu nosso pedido, sob o fundamento de que a legislação que deve ser aplicada ao caso é a da data do auto e não a atual.

Contra tal decisão é que se apresenta o presente recurso, ou seja, a não aplicabilidade da legislação atual.

DA POSSIBILIDADE/NECESSIDADE DE
RECEBIMENTO DO RECURSO
INDEPENDENTEMENTE DE PAGAMENTO DA
MULTA

Apesar de entendimentos que nossa empresa deveria recolher na íntegra o valor da multa para poder ingressar com o presente recurso, entendemos que o mesmo deva ser recebido independente do recolhimento por dois motivos.

Em primeiro lugar porque se trata de uma multa com valor altíssimo, R\$16.993,53, o que praticamente inviabiliza a quitação, principalmente em um momento em que as empresas estão sendo obrigadas a recorrer ao mercado financeiro, pois, caso haja o pagamento e posteriormente, o recurso venha a ser acolhido, o que esperamos, iremos receber de volta a





MODECOR

MÓVEIS

A evolução do móvel tubular

RUA JOSÉ RODRIGUES MARQUES, 675 - CEP 36512-000
TOCANTINS/MG - TEL (032) 574-1140 - FAX 574-1035



quantia paga com a mínima atualização e correção, enquanto pagaremos, durante este período, juros ao sistema bancário com taxas elevadíssimas, ou seja, se criaria um gravame maior ainda para nossa empresa.

Mais ainda, a Lei 15.972, publicada em 13/01/2006, já em vigor, e que alterou a Lei 7.772, não exige mais o recolhimento do débito para ingressar com o recurso pretendido, dispondo da seguinte forma:

“Art. 16-C. O autuado tem o prazo de vinte dias contados da notificação da autuação para apresentar defesa dirigida ao órgão responsável pela autuação, facultada a juntada dos documentos que julgar convenientes.

(...)

§2º Da decisão caberá recurso, no prazo de trinta dias, independentemente de depósito ou caução, dirigido ao Copam ou ao CERH, conforme o caso, mantida a competência do Conselho de Administração do IEF na hipótese de aplicação da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002.

Mais à frente, a mesma lei diz, a partir de quando, o dispositivo acima citado deverá valer:

“Art. 25. As alterações promovidas por esta Lei nos arts. 16 e 17 da Lei nº 7.772, de 1980, e o disposto nos arts. 16-A, 16-B, 16-C e 16-D da mesma Lei, surtirão efeito noventa dias após a publicação desta Lei.”

Nossa empresa só foi notificada em 27/04 da decisão da CID, sendo assim, não pode haver qualquer dúvida sobre a incidência dos novos dispositivos, independente de qualquer outra regulamentação, pois se trata de lei.

Tal modificação é por demais bem vinda, pois a exigência de recolhimento da multa em situações como a que se apresenta se mostra em verdade como uma afronta ao direito de defesa administrativa, pois, praticamente inviabiliza o pedido de reforma da decisão por este órgão.

Não se pode admitir tal absurdo e, muito menos a não aplicabilidade de uma lei mais benéfica já em vigor, como aliás será melhor demonstrado a seguir.



MODECOR
MÓVEIS

A evolução do móvel tubular

RUA JOSÉ RODRIGUES MARQUES, 675 - CEP 36512-000
TOCANTINS/MG - TEL (032) 574-1140 - FAX 574-1035



Portanto, desde já pedimos que este zeloso órgão receba e aprecie nosso recurso, pois é a última e única instância administrativa que pode rever uma decisão que entendemos ser absurdamente equivocada.

DOS MOTIVOS

Conforme já noticiado, o cerne da presente questão se prende a aplicabilidade ou não das disposições do Decreto nº43.127/2002 ao caso em estudo.

Assim, não vamos tomar o precioso tempo deste pleno repisando fatos que já se encontram por demais demonstrados nestes autos, inclusive a situação de excelência de nossa empresa com relação à questão ambiental.

O fato é que no curso da análise do auto de infração em tela a legislação ambiental caminhou, sabiamente, no sentido de criar mecanismos de diferenciação entre empresas sérias e preocupadas com proteção ambiental que, por problemas formais não estavam plenamente em acordo com a legislação e outras que, deliberadamente, desrespeitam normas e agredem o nosso patrimônio comum.

Assim é que a infração por nós cometida, não possuir a licença ambiental, passou a ser considerada grave, desde que não tenha havido danos ambientais.

O Art.1º e 3º deste decreto, que modificam a tipificação e determinam a incidência em processos ainda não julgados definitivamente são tão claros que merecem ser repetidos:

"Art.1º (...)

"Art.19 (...)

§ 2º - São consideradas infrações graves:

- 1. instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos**



MODECOR
MÓVEIS

A evolução do móvel tubular

RUA JOSÉ RODRIGUES MARQUES, 675 - CEP 36512-000
TOCANTINS/MG - TEL (032) 574-1140 - FAX 574-1035



seccionais de apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

(...)

Art. 3º - As alterações nos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.””

Desta forma, não entendemos como a CID não acatou o que determina a própria legislação que, expressamente, afirma que deverá ser aplicada aos processos em curso, ou seja, deveria ter havido a desclassificação da nossa infração, passando a ser considerada grave

Pior ainda, se baseou em um Parecer Jurídico para tal decisão, o de nº14.482, de lavra da Advocacia Geral do Estado, citado no parecer jurídico de fls. 36 a 38, e datado de 20/02/2006.

Com todo respeito que merece tal parecer não se pode admitir que tenha o condão de contrariar um dos princípios basilares de nosso direito que garante a retroação da lei mais benéfica e, pior ainda, dispositivos expressos da própria legislação ambiental.

No caso em estudo tal medida se mostra ainda mais acertada, pois a legislação ambiental ainda é recente, como também o é a preocupação com o meio ambiente em nosso país.

Assim, a evolução das pesquisas e estudos fazem com que se modifique a legislação a fim de adequá-la à realidade, o que se deseja e espera do legislador e mais ainda do aplicador da lei.

Ora, se uma infração passou a ser considerada grave ao invés de gravíssima é porque houve um estudo para isto, e desprezar tal mudança é ir de encontro a vontade do legislador e da própria sociedade.

Tal entendimento deve ser revisto pois contraria ainda nossa legislação complementar, o Código Tributário Nacional traz disposição expressa em contrário e não pode ser violado.

“Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

II - tratando-se de ato não definitivamente julgado:

(...)



MODECOR
MÓVEIS

A evolução do móvel tubular

RUA JOSÉ RODRIGUES MARQUES, 675 - CEP 36512-000
TOCANTINS/MG - TEL (032) 574-1140 - FAX 574-1035



c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática."

Nossos tribunais são pacíficos em adotar este entendimento em casos como o que se apresenta:

TRIBUTÁRIO – AGRAVO REGIMENTAL – EXECUÇÃO FISCAL – MULTA – REDUÇÃO – POSSIBILIDADE – CTN, ART. 106, II, "C" – LEI ESTADUAL 10.932/97 – 1. Há entendimento pacífico na Egrégia Corte Especial que a redução da multa estabelecida pela Lei Estadual nº 10.932/97, em execução fiscal não definitivamente julgada, deve ser aplicada. 2. Agravo não provido. (STJ – AGA 427940 – RS – 2ª T. – Rel. Min. Castro Meira – DJU 01.09.2003 – p. 00255) JCTN.106 JCTN.106.II.C

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL – ICMS – ISENÇÃO PARCIAL EM OPERAÇÕES DE SAÍDA – COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO – ARTIGO 142, § 1º DO RICMS/91 – INOBSERVÂNCIA – INFRAÇÃO CONFIGURADA – MULTA DE REVALIDAÇÃO – LEI POSTERIOR BENÉFICA – APLICAÇÃO – ARTIGO 106, II, ALÍNEA "C" DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – É lícito o procedimento do Fisco Mineiro, em impor ao contribuinte compensar o crédito obtido na entrada das mercadorias, de acordo com o benefício obtido na saída das mesmas, favorecida com redução da base de cálculo, em face dos termos do artigo 142, § 1º do RICMS. Em se tratando do ICMS, não se revela arbitrária a exigência das multas, previstas na legislação pertinente que, em nada vulnera o princípio constitucional que veda, em matéria tributária, o confisco, uma vez demonstrada a conduta do contribuinte que se aproveitou de crédito, quando da compensação com posterior débito, em desconformidade com a Lei. Tratando-se de ato ainda não julgado, tem efeito retroativo a Lei que comina penalidade menos severa que a prevista na legislação vigente ao tempo da prática do ilícito tributário, conforme determina o artigo 106, II, alínea "c", do Código Tributário Nacional. (TJMG – APCV 000.286.998-0/00 – 5ª C.Cív. – Relª Desª Maria Elza – J. 19.12.2002) JCTN.106 JCTN.106.II.C



MODECOR
MÓVEIS

A evolução do móvel tubular

RUA JOSÉ RODRIGUES MARQUES, 675 - CEP 36512-000
TOCANTINS/MG - TEL (032) 574-1140 - FAX 574-1035



APELAÇÃO CÍVEL – Ação anulatória de débito. Multa por infração fiscal acessória. Matéria pendente de julgamento. Lei nova que não mais prevê sanção. Retroatividade da lex mitior. Recurso provido. 1. Em decorrência da forte analogia entre o Direito Penal e o Direito Tributário, a exceção da retroatividade da lex mitior é aplicada quando a Lei nova não mais impõe sanção pelo descumprimento de obrigação tributária acessória. Neste caso, se o próprio Estado reconheceu a severidade da sanção anterior, não tem o direito adquirido em punir o contribuinte por fato pretérito. 2. A revogação da sanção prevista na Lei Estadual nº 10.561, de 1991, pela Lei Estadual nº 14.302, de 2002, torna inexigível a penalidade imposta em auto de infração anteriormente lavrado. 3. Apelação conhecida e provida. (TJMG – APCV 000.326.988-3/00 – 2ª C.Cív. – Rel. Des. Caetano Levi Lopes – J. 20.05.2003)

DO PEDIDO

Posto isso,

Considerando que não pode ser exigido o pagamento do débito, pois esta é a última instância administrativa capaz de rever o julgamento em questão e que a legislação vigente não mais exige tal recolhimento;

Considerando que houve uma modificação na legislação que determinou nova classificação para as infrações com a conseqüente aplicação de outro tipo de penalidade;

A recorrente vem requerer que este colendo órgão se digne de:

- receber o presente recurso, inclusive em seu efeito suspensivo;

- no mérito, decida pela desclassificação da infração para o grau considerado grave e, por conseguinte, que lhe seja aplicada a pena de advertência conforme permissivo legal, ou, na improvável



MODECOR

MÓVEIS

A evolução do móvel tubular

RUA JOSÉ RODRIGUES MARQUES, 675 - CEP 36512-000
TOCANTINS/MG - TEL (032) 574-1140 - FAX 574-1035

hipótese de aplicação de multa, que está seja fixada no mínimo legal de R\$3.193,36.

Requeremos ainda que sejamos comunicados da data do julgamento deste recurso, a fim de que possamos comparecer à reunião do COPAM e fazer sustentação oral inclusive.

Nestes Termos,

Pede e Espera Acolhida, tendo certeza de que os pedidos acima formulados são justos, possíveis e adequados.

Tocantins, 17 de Maio de 2006.


MODECOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

José Márcio Henrique Pires

